

## 24.<sup>a</sup> Conferência Anual do «International Economics Study Group»

A Universidade de Birmingham foi o local escolhido para a realização, nos dias 10, 11 e 12 de Setembro, da 24.<sup>a</sup> Conferência Anual do *International Economics Study Group* (IESG). Estas conferências, patrocinadas pelo ESRC, têm como objectivo a apresentação e discussão de trabalhos de investigação recentes ou em curso, no âmbito da economia internacional e de acordo com o tema específico de cada conferência. Desta apresentação e debate pretende-se, por um lado, difundir informação actualizada sobre os campos de investigação a que se dedicam diversos investigadores – séniores e juniores — desta área e, por outro lado, identificar questões prioritárias para futuras investigações. Estas conferências revelam-se, também, como um excelente forum de debate de ideias, debate este que frequentemente abre novos caminhos para a investigação.

Subordinada ao tema «**Liberalização do Comércio, Concorrência e a OMC**» esta conferência teve como oradores, na primeira sessão de trabalhos, **Sam Laird** (Organização Mundial de Comércio), **Rod Falvey** (Universidade de Nottingham) e **Peter Holmes** (Universidade de Sussex e Colégio da Europa).

O primeiro interveniente, consultor da OMC para a área do desenvolvimento, apresentou um trabalho subordinado ao tema «Developing Countries' Interests in a Millenium Round» que analisa a agenda que os países em desenvolvimento gostariam de ver tratada na terceira reunião ministerial no âmbito da OMC, que se irá realizar de 30 de Novembro a 3 de Dezembro deste ano, em Seattle. O processo de preparação desta Conferência iniciou-se em Setembro de 1998, em Genebra, com um conjunto de reuniões formais e informais do Conselho Geral da OMC, reuniões em que os delegados dos diversos países apresentaram listas de temas

que os respectivos países consideravam que deveriam ser discutidos na Reunião Ministerial.

Durante a segunda fase, que decorreu entre Março e Setembro de 1999, os membros da OMC apresentaram propostas concretas referentes a possíveis recomendações a fazer aos Ministros. Na terceira e última fase, que agora decorre e que dura até ao início da Reunião Ministerial, os trabalhos concentram-se na elaboração de uma proposta de Declaração a ser discutida e aprovada em Seattle. Embora o texto ainda esteja a ser definido, tudo indica que as propostas venham a respeitar as linhas de orientação definidas pelos Ministros quando estes se reuniram em Geneva em 1998 para comemorar os cinquenta anos do sistema multilateral de comércio. Começando por analisar a evolução quer da política comercial, quer da forma de encarar o comércio por este grupo de países, Sam Laird apresentou de seguida uma análise dos interesses dos países em Desenvolvimento nas diferentes áreas que se pensa venham a ser tratadas na Conferência Ministerial.

**Rod Falvey** apresentou um trabalho — ainda em versão provisória — elaborado em conjunto com **Montri Nathananan**, subordinado ao tema «Tariffs, quotas and mergers», no qual os autores analisam e comparam os efeitos que a imposição de restrições ao comércio através de tarifas e de quotas, tem sobre os incentivos a proceder a operações de fusões, a nível nacional e internacional, no contexto de mercados oligopolistas e segmentados. Os resultados obtidos apontam para três situações possíveis, nomeadamente: incentivo à formação de fusões marginais que levariam ao encerramento de empresas estrangeiras e desincentivo a fusões nacionais, quando o país doméstico impõe tarifas às importações.

1. desincentivo a qualquer tipo de operação de fusão quando a opção recai sobre a imposição de quotas à importação distribuídas segundo as vendas efectuadas em regime de comércio livre.
2. quando comparados os regimes de tarifas e de quotas de efeito equivalente os resultados revelaram-se ambíguos no que concerne a fusões internacio-

nais. No que respeita a fusões nacionais, as conclusões apontam para que aquelas que seriam lucrativas num regime de tarifas o seriam, de igual forma, num regime de quotas.

O terceiro e último orador do primeiro dia de trabalhos, **Peter Holmes**, apresentou uma comunicação subordinada ao tema «The regulation of competition & competition policy at the regional & global level». Segundo o autor, existe uma ambiguidade no debate do comércio e da concorrência, áreas que constituem duas preocupações inter-relacionadas mas distintas. Segundo o argumento central da apresentação pode-se defender, em termos normativos, a discussão a um nível multilateral das políticas nacionais de concorrência. Argumenta, ainda, que existem algumas barreiras ao comércio livre nos mercados mundiais que não estão a ser adequadamente tratadas pelas regras de concorrência nacionais e regionais. A questão reside em saber como é que a OMC pode e deve constituir-se como o fórum principal de debate e resolução destas questões.

No segundo dia da conferência foram apresentados e discutidos seis temas. A abrir os trabalhos, **Steve McCorrison** (Universidade de Exeter) apresentou um estudo elaborado em conjunto com **Donald MacLaren** (Universidade de Melbourne) sobre «State trading & the WTO», no qual se discute as regras existentes actualmente no GATT relativamente ao comércio de Estado, a incidência deste tipo de comércio nos países membros da OMC, as questões que surgem em relação ao comércio de Estado e, por fim, se apresentam em forma de resumo as propostas actuais no sentido de restringir o impacto do comércio de Estado sobre os membros da OMC. Esta questão do comércio de Estado é tanto mais pertinente quanto a possível adesão da Federação Russa e da China à OMC trará, fruto das características destes países, esta questão para o centro da discussão. Defendem os autores que seria preferível estabelecer e clarificar as regras antes da efectiva adesão destes dois países. A principal conclusão do estudo é que, apesar da atenção que esta matéria tem recebido no contexto da próxima conferência Ministerial, pouco se sabe até que ponto as empresas de comércio de Estado distorcem o comércio.

O segundo orador, **David Collie** (Cardiff Business School), analisa os efeitos da proibição de auxílios do Estado em mercados integrados, como por exemplo o da União Europeia, num modelo em que os produtos são diferenciados e a estrutura de mercado é caracterizada por oligopólio quer com comportamento à Cournot quer com comportamento à Bertrand. O estudo «Prohibiting state aid in an integrated market: Cournot and Bertrand oligopolies with differentiated products» apresentado, permite concluir que se os produtos forem suficientemente substitutos então existe um intervalo de valores dos custos de oportunidade para os quais a proibição de auxílios do Estado fará aumentar o bem-estar agregado. Se os produtos forem produtos diferenciados esta mesma proibição terá como efeito uma diminuição do bem-estar agregado. Estes resultados verificam-se para os dois tipos de comportamento referidos.

**David Evans** (Institute of Development Studies, Universidade de Sussex), o terceiro orador analisou, através de um modelo CGE para 37 sectores, os impactos decorrentes da transformação da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) de uma Área de Comércio Livre numa União Aduaneira. Na verdade, o trabalho «Options for regional integration in Southern Africa» apresentado, conclui que a referida transformação ofereceria grandes benefícios à SADC.

Da parte da tarde, os trabalhos reiniciaram-se com a apresentação do trabalho de **Peter Sinclair** (Universidade de Birmingham) e **David Vines** (Balliol College — Oxford, Australian National University and CEPR), subordinado ao tema «Asia's open regionalism'alternative to preferential trade agreements: promising, attractive or vulnerable to cronyism?». Neste trabalho são analisadas três questões: partindo de uma situação em que todos os países aplicam tarifas Nash – ótimas em relação a todas as importações, investiga-se, primeiro, em que condições, se é que elas existem, é que um grupo de países pode retirar vantagens de comercializar livremente entre si («promise») e depois, quando é que compensa, se de facto alguma vez compensar, a um país não membro aderir («attractiveness»). Por último, os resultados obtidos são modificados por forma a incluir políticas que

dão origem a uma renda para uma empresa doméstica obtida à custa de outros agentes domésticos («*cronyism*»).

O segundo trabalho desta sessão foi apresentado por **Rod Tyers** (Australian National University) subordinado ao tema «Agricultural trade reform after the Asian recession: a bridge too far?» e que quantifica, através de uma análise de equilíbrio geral, os efeitos sobre a agricultura dos países do Norte provocados pelo colapso das economias asiáticas em rápido desenvolvimento, conjugado com a longa recessão vivida pelo Japão. Estes dois acontecimentos conduziram a um rápido declínio da procura de produtos agrícolas no anos 90 e, como consequência, a agricultura dos países do Norte teve de suportar os efeitos combinados da redução dos preços agrícolas e do aumento dos custos internos associados com a apreciação real da moeda contra os principais parceiros comerciais asiáticos. A conclusão principal é que enquanto estas condições se mantiverem, será politicamente mais penalizador honrar novos compromissos de liberalização do comércio no sector agrícola .

A última apresentação deste dia coube a **Robert Read** (Universidade de Lancaster) com um trabalho cujo título é «Trade liberalisation, competition & welfare: the WTO & the effects of the US banana trade dispute». A apresentação baseou-se numa abordagem explicativa da disputa referente ao comércio da banana (bem caracterizado por uma mercado muito próprio e com interesses muito diversos) que opõe os EUA e a União Europeia tendo concluído com uma análise da inter-acção entre liberalização de comércio, concorrência e bem-estar no contexto do regime comercial da União Europeia, no que respeita ao comércio de bananas e os impactos das intermináveis disputas que se têm verificado, nomeadamente com os Estados Unidos.

O último dia de trabalhos começou com a apresentação de um trabalho elaborado por **Alan M Rugman** (Templeton College, University of Oxford) subordinado ao tema «New rules of international investment: the case for multilateral agreement on investment at the WTO». Nesta apresentação, o autor defende que

o desenho e adopção de um conjunto de regras multilaterais claras relativas ao investimento deverá constituir uma prioridade da OMC. E isto, apesar do estabelecimento de um acordo multilateral para o investimento (MAI – multilateral agreement on investment) — negociado entre 1995-1998, no âmbito da OCDE — não ter tido resultados práticos por falta de acordo dos intervenientes.

A apresentação seguinte esteve a cargo de **Zhihao Yu** (Universidade de Nottingham) que discutiu a relação entre a protecção ambiental e o comércio livre. De facto, o trabalho com o título «Environmental protection and free trade: direct and indirect competition for political influence» sugeria uma possível explicação para o facto de alguns grupos de ambientalistas conseguirem competir com êxito contra as indústrias poluentes, através da influência exercida pelos primeiros nas políticas do ambiente. Este autor consegue provar que a passagem para regimes de comércio livre aumenta o nível de polarização na concorrência sobre a influência na política. Contudo, é também defendido por Yu que quanto mais fechada ao exterior for uma economia, maior será a probabilidade de o comércio livre aumentar a protecção ambiental doméstica.

A terminar os trabalhos, Derek Bosworth e Deli Yang (Manchester School of Management) apresentaram um trabalho com o título «Intellectual property laws, technology flows and licensing opportunities in China». Este tema foi basicamente desenvolvido através da apresentação de dados estatísticos da China referentes às actividades mencionadas.

Helena Patacão